

Para acessar o relatório completo, clique [aqui](#).

### 3. ORÇAMENTO

**A resposta fiscal à pandemia teve impacto profundo sobre o orçamento de 2020.** Até março, considerava-se o cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central (1,6% do PIB), àquela altura já insuficiente para estabilizar a dívida pública. Hoje, o governo projeta um déficit de R\$ 871 bilhões (12% do PIB), sete vezes a meta inicialmente estipulada (Gráfico A). A projeção da IFI para o déficit – atualizada em junho e que será revista no RAF de novembro – é próxima à oficial (R\$ 877,8 bilhões). Vale lembrar que, diante da situação de calamidade provocada pela pandemia, o Decreto Legislativo nº 6, do dia 20 de março, suspendeu o cumprimento da meta de resultado primário em 2020, usando prerrogativa conferida pelo art. 65 da LRF.

**O impacto sobre o orçamento ocorre por diferentes canais.** As receitas caem por conta da retração da atividade econômica e desonerações e diferimentos do pagamento de tributos. Ao mesmo tempo, as despesas sobem rapidamente para mitigar os efeitos sobre a renda da parcela mais vulnerável da população e sobre a situação financeira das empresas menores, além dos gastos diretamente dirigidos ao sistema de saúde.

Esses efeitos e as linhas gerais de atuação do governo já estão relativamente consolidados e, em boa medida, refletem o que tem ocorrido nas principais economias do mundo<sup>1</sup>. O fato é que o quadro fiscal gerado pela pandemia – e talvez nesse aspecto o Brasil se destaque mais do que outros países<sup>2</sup>– mudou momentaneamente a ordem de grandeza das variáveis fiscais. Qualquer ajuste marginal nas projeções para 2020 parece pequeno diante da magnitude do déficit esperado no ano.

Nesse sentido, o déficit primário observado ao fim do exercício dependerá basicamente do comportamento das receitas afetadas pela pandemia e da execução dos créditos extraordinários decorrentes da calamidade. Sobre esses dois aspectos, ainda há bastante incerteza para o restante do ano. Deve-se ter especial atenção ao ritmo de recuperação da economia, à magnitude dos retornos de receitas tributárias diferidas e aos pagamentos realizados em gastos extraordinários frente às respectivas autorizações orçamentárias.

Essas dinâmicas serão consideradas na próxima revisão de cenários da IFI, em novembro, e no próximo relatório bimestral do Poder Executivo. Por ora, o que se observa nas projeções oficiais, conforme o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre (ou “relatório bimestral”) <sup>3</sup>, o mais recente, é uma elevação de R\$ 737 bilhões na estimativa do déficit primário de 2020, provocada, em maior escala, pelo crescimento da estimativa dos gastos em relação à previsão inicial (+R\$ 567 bilhões) e, em menor escala, pelo recuo da projeção das receitas (-R\$ 170 bilhões), estas já líquida das transferências da União aos demais entes (Gráficos 18 e 19).

Cumprir notar que o acompanhamento das projeções fiscais oficiais é feito bimestralmente pelo Poder Executivo por meio do “relatório bimestral”.

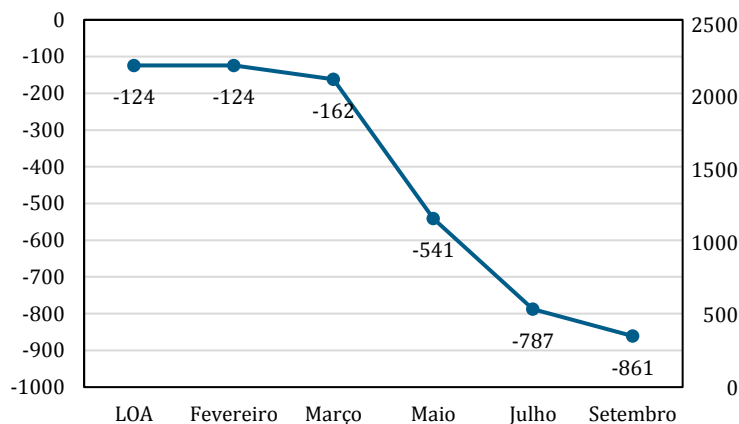
---

<sup>1</sup> O FMI fornece um bom panorama aqui: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19>.

<sup>2</sup> Segundo a base de dados do FMI (citada acima), a resposta orçamentária do Brasil é muito superior à das economias emergentes e próxima à das economias avançadas.

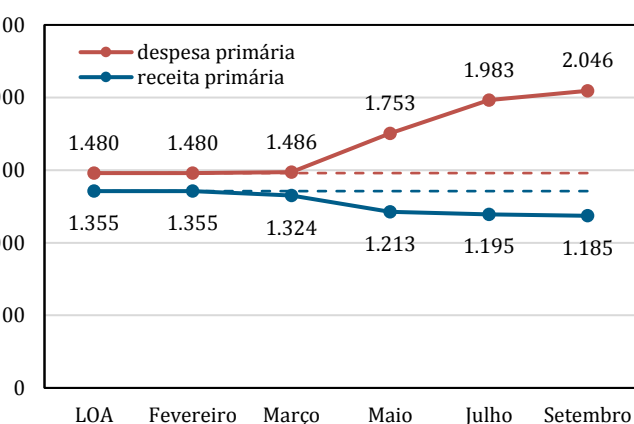
<sup>3</sup> Os relatórios bimestrais estão disponíveis em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2020/16>.

GRÁFICO 18. PROJEÇÃO OFICIAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BI)



Fonte: Decreto 10.249 e alterações. Elaboração: IFI.

GRÁFICO 19. PROJEÇÃO OFICIAL PARA RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BI)



Fonte: Decreto 10.249 e alterações. Elaboração: IFI.

**Após rápida e acentuada deterioração das expectativas de crescimento para 2020, as projeções se estabilizaram em terreno um pouco menos negativo** (Tabela 6). O governo, que na LOA previa crescimento real do PIB de 2,3%, manteve em setembro a projeção das duas avaliações anteriores, queda de 4,7%. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que em junho apontava queda de 9,1%<sup>4</sup>, neste mês atualizou sua projeção para uma retração de 5,8%<sup>5</sup>. Esse valor também é próximo à mediana das expectativas do mercado colhidas pelo Banco Central, conforme visto na seção de Contexto Macroeconômico. Em 9 de outubro, elas indicavam queda de 5%. Os cenários fiscais da IFI consideram recuo de 6,5%, com viés de melhora.

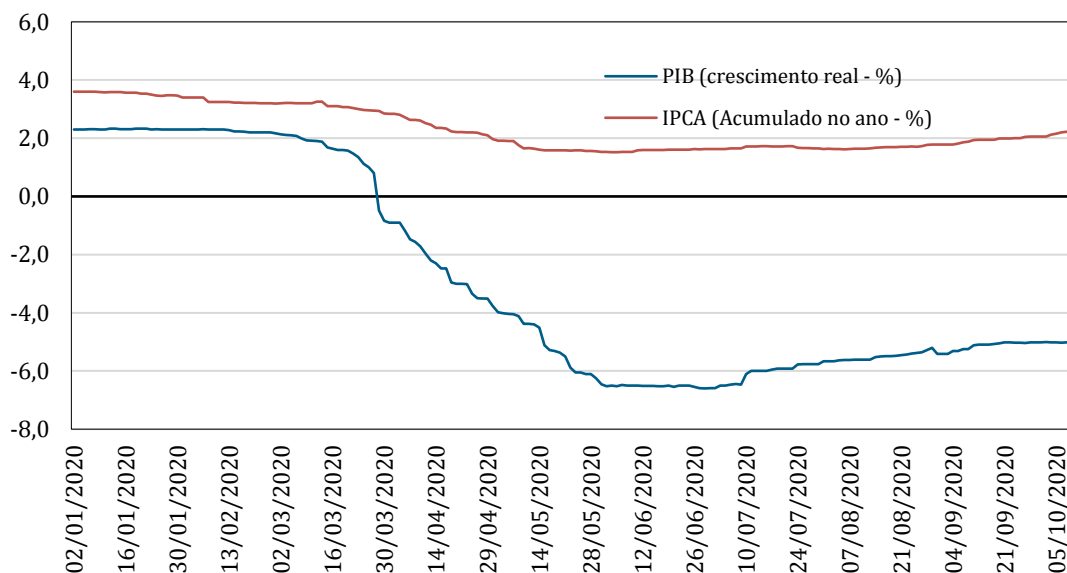
**As expectativas para a inflação parecem fazer movimento parecido.** Após elaborar o orçamento com projeção de 3,5% para o IPCA em 2020, a previsão do governo chegou a cair para 1,6% em junho, mas foi elevada para 1,8% na avaliação de setembro (Tabela 6). Já o FMI, com a atualização divulgada em outubro, prevê inflação de 2,7% para o Brasil neste ano, bem acima do governo, mas próximo à mediana das expectativas do mercado, que era de 2,5% no dia 9 de outubro. A IFI, por sua vez, prevê inflação medida pelo IPCA de 1,4%, mas os dados mais recentes trazem um viés de alta para o indicador (conforme comentamos na seção Contexto Macroeconômico). Como no caso do PIB, a revisão da estimativa será apresentada em novembro.

Os movimentos ao longo do ano nas projeções de crescimento do PIB e inflação podem ser exemplificados no Gráfico 20, que contempla as expectativas do mercado (Banco Central) para esses dois indicadores desde o início do ano até o dia 9 de outubro.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>.

GRÁFICO 20. EXPECTATIVAS DO MERCADO PARA 2020 - BANCO CENTRAL



Fonte: Banco Central (SGS). Elaboração: IFI.

Em complemento, a tabela a seguir consolida as projeções para 2020 dos principais parâmetros macroeconômicos por diferentes fontes.

TABELA 6. PROJEÇÕES PARA OS PRINCIPAIS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS EM 2020

Parâmetros	Governo		IFI	Mercado	FMI
	LOA	Setembro	Junho	09/out	Outubro
PIB real (%)	2,3	-4,7	-6,5	-5,0	-5,8
IPCA acum (%)	3,5	1,8	1,4	2,5	2,7
Taxa Over - SELIC Média (%)	4,4	2,6	3,4	2,7	ND
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	4,0	5,1	4,5	5,2	ND
Massa salarial nominal (%)	6,3	-4,3	-5,2*	ND	ND

Fonte: Banco Central, FMI, Ministério da Economia e IFI. Elaboração: IFI. \*A estimativa da IFI para a massa salarial nominal considera toda a população ocupada, não apenas a parcela com carteira de trabalho.

**O choque sobre a previsão de arrecadação para 2020 foi brutal.** Na comparação com as projeções iniciais da Lei Orçamentária (LOA), os dados do relatório do 4º bimestre (setembro) mostram queda em todos os principais itens da receita primária (Tabela 7). Vale lembrar que a avaliação bimestral de setembro já incorpora a receita realizada nos dois primeiros quadrimestres do ano. No total, a projeção de receitas primárias caiu R\$ 197,6 bilhões (12%) em relação à previsão inicial na LOA.

**O impacto do diferimento de tributos no resultado de 2020 segue incerto.** Todas as medidas voltadas ao diferimento de tributos no âmbito da União preveem que os pagamentos postergados sejam realizados ainda em 2020, o que, ao menos em tese, não teria impacto no resultado primário do exercício. De fato, o relatório de avaliação relativo ao 4º

bimestre projeta impacto muito pequeno dos diferimentos de receitas administradas e previdenciárias<sup>6</sup>. A IFI, diferentemente, adotou, na revisão de cenário de junho, a premissa de que os diferimentos regressariam aos cofres da União entre 2021 e 2025, no formato semelhante a um Refis, em razão das dificuldades de caixa que as empresas enfrentarão no rescaldo da crise.

O que ocorrerá de fato provavelmente será algo entre essas duas possibilidades. Conforme apontamos na seção de Conjuntura Fiscal, o pagamento de tributos diferidos tem ocorrido, mas em magnitude inferior à prevista pela Receita Federal do Brasil (RFB). Esses dados recentes a respeito dos diferimentos serão levados em consideração na nossa próxima revisão de cenários em novembro.

A Tabela 7 traz as projeções atuais do governo para os itens da receita primária e os compara com as projeções contidas originalmente na LOA. Em geral, as diferenças decorrem da retração da atividade em função da pandemia, o que tende a atingir principalmente as receitas tributárias administradas pela RFB. Mas também se observa um recuo importante nas projeções das receitas não administradas pela RFB. Nesse caso, as prováveis perdas estão mais relacionadas à exclusão da receita anteriormente prevista com a desestatização da Eletrobras (que impacta os recursos provenientes de “concessões e permissões”) e com a redução no preço do petróleo em comparação com o que se previa na elaboração do orçamento (que afeta a receita proveniente de “exploração de recursos naturais”).

**TABELA 7. VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES OFICIAIS DE RECEITAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES)**

Receita	LOA	Decreto 10.500 (Setembro)	Var. Acum.	
			Valor	%
Total	1.644,1	1.446,5	-197,6	-12,0
Administrada pela RFB	1.003,1	884,9	-118,1	-11,8
Imposto sobre a Importação	47,2	43,4	-3,8	-8,1
Imposto sobre Produtos Industrializados	59,3	50,9	-8,4	-14,1
Imposto sobre a Renda	410,6	373,8	-36,8	-9,0
Imposto sobre Operações Financeiras	43,3	29,2	-14,1	-32,6
Cofins - Contribuição Seguridade Social	259,0	224,7	-34,4	-13,3
Contribuição para o Pis/Pasep	71,5	62,5	-9,0	-12,6
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	87,1	76,4	-10,7	-12,3
Cide - Combustíveis	2,9	2,3	-0,5	-18,5
Outras receitas administradas	22,2	21,7	-0,4	-1,9
Arrecadação líquida para o RGPS	436,5	398,4	-38,1	-8,7
Não administrada pela RFB	204,6	163,2	-41,4	-20,3
Concessões e permissões	21,1	8,7	-12,4	-58,7
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	18,3	17,4	-0,9	-5,1
Contribuição do Salário Educação	22,7	20,4	-2,3	-10,1
Exploração de recursos naturais	68,1	55,9	-12,2	-17,9
Outras receitas não administradas	74,4	60,8	-13,7	-18,4

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre e Decreto 10.500/2020. Elaboração: IFI.

**As projeções para o gasto primário também foram modificadas substancialmente ao longo do ano.** Em relação ao que se previa inicialmente na LOA, o aumento é de R\$ 566,9 bilhões, ou 38,3% (Tabela 8). Diferente do que ocorreu na

<sup>6</sup> Anexos II e III do relatório.

receita, onde todas as projeções foram revistas para baixo no decorrer do ano, a variação nas projeções de despesa é relativamente concentrada nos créditos extraordinários abertos em decorrência da calamidade pública. Ao todo, já foram incorporados ao orçamento R\$ 603,7 bilhões com esses gastos<sup>7</sup>. O tópico a seguir detalha a execução, até o momento, dos créditos extraordinários da Covid-19.

**É importante entender como os créditos extraordinários estão sendo consignados nos relatórios oficiais.** Nem todas as despesas abertas por meio desses créditos têm sido alocadas no item relativo a “créditos extraordinários”. Isso ocorre em todos os demonstrativos em que a discriminação dos itens segue a lógica da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC), cujos principais exemplos são o próprio relatório bimestral e o Resultado do Tesouro Nacional<sup>8</sup>. Em linhas gerais, nos casos em que o novo gasto se refere a uma despesa obrigatória para a qual o demonstrativo já contém item específico, ele será contabilizado nesse item. É o caso, por exemplo, dos auxílios financeiros a Estados e Municípios, que já correspondem a um dos itens dos demonstrativos da NFGC. Da mesma forma, os recursos direcionados ao financiamento para pagamento folha salarial foram contabilizados nas linhas destinadas a subsídios e subvenções.

Essa separação explica por que, na Tabela 8 a seguir, a projeção para o item “créditos extraordinários” ser de R\$ 476,8 bilhões e não de R\$ 588,7 bilhões, que corresponde efetivamente ao total de gastos abertos por créditos extraordinários no relatório bimestral.

Ter clareza quanto a essa distinção é relevante, pois permite que cenários fiscais elaborados por diferentes agentes, entre eles a IFI, sejam efetivamente comparáveis. Na próxima revisão de cenário, a IFI fará os ajustes necessários para adequar suas projeções à separação adotada nos demonstrativos oficiais.

**A execução dos créditos extraordinários no restante do ano merece atenção.** Até o momento, R\$ 451,5 bilhões, que equivalem a 75% dos gastos autorizados por créditos extraordinários, foram efetivamente pagos (conforme detalhado no tópico a seguir). Esse é o valor da execução atualizado até meados de outubro; portanto, difere do dado apresentado na seção Conjuntura Fiscal, que analisou o desempenho da despesa de janeiro a agosto a partir dos dados do último Resultado do Tesouro Nacional.

Faltando pouco mais de dois meses para o encerramento do exercício, é provável que parte das despesas abertas em 2020 seja inscrita em restos a pagar e, dessa forma, impacte o resultado primário apenas a partir do ano que vem. Vale lembrar que, mesmo nesses casos, as despesas não estarão sujeitas ao teto de gastos. O ritmo de execução desses créditos também deve ser levado em conta na elaboração das projeções fiscais para 2020 e 2021.

**Financiamentos para pagamento da folha de salários teve sua projeção reduzida pela metade.** Os R\$ 34 bilhões originalmente previstos para fazer frente à linha de financiamento operacionalizada pelo BNDES foram reduzidos para R\$ 17 bilhões na avaliação do 4º bimestre em razão dos desembolsos do programa estarem aquém do esperado<sup>9</sup>.

A Tabela 8 traz as projeções atuais do governo para os itens da despesa primária e os compara com as projeções contidas originalmente na LOA. As principais diferenças decorrem dos gastos com o enfrentamento da pandemia e de seus efeitos sobre a economia. Além do item “créditos extraordinários”, eles estão presentes no item “outras despesas obrigatórias”, basicamente por conta dos auxílios financeiros aos entes subnacionais. Para além dos gastos da Covid-19, vale notar o

---

<sup>7</sup> O relatório de avaliação do 4º bimestre considera o valor de R\$ 588,7 bilhões tendo em vista que alguns créditos ainda não haviam sido abertos na data de publicação do relatório. Para mais detalhes, consultar o Anexo XI do relatório bimestral.

<sup>8</sup> Na série histórica que acompanha o Resultado do Tesouro Nacional foi inserida uma planilha (Planilha 5.1) com as despesas do governo central relacionadas ao combate ao COVID-19 e os respectivos itens do relatório aos quais elas estão vinculadas.

<sup>9</sup> Em audiência na Comissão Mista destinada a acompanhar a Covid-19, o Diretor do Departamento de Conformidade e Prevenção a Fraudes do BNDES, Bruno Laskowsky, disse haver de fato um excedente nessa linha de financiamento e que parte dela está sendo direcionada para o Peac Maquininhas.

ligeiro recuo na projeção dos gastos com benefícios previdenciários, o que aproxima a previsão atual do governo da expectativa da IFI para este ano.

**TABELA 8. VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES OFICIAIS DE DESPESAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES)**

Despesa	LOA	Decreto 10.500 (Setembro)	Var. Acum.	
			Valor	%
Total	1.479,5	2.046,4	566,9	38,3
Benefícios da Previdência (RGPS)	677,7	672,7	-5,0	-0,7
Pessoal e Encargos Sociais	322,4	324,2	1,8	0,6
Abono e Seguro Desemprego	60,6	63,0	2,4	3,9
BPC	61,5	61,6	0,2	0,3
Créditos Extraordinários	0,0	476,8	476,8	NA
Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10,3	9,3	-1,0	-9,8
Fundeb – Complementação da União	16,5	16,5	0,0	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	12,6	13,0	0,4	2,9
Sentenças Judiciais e Precatórios (custeio e capital)	23,9	23,5	-0,4	-1,9
Subsídios, Subvenções e Proagro	14,1	31,4	17,2	121,9
Outras despesas obrigatórias	153,7	239,5	85,8	55,9
Discricionárias do Poder Executivo	126,3	115,1	-11,2	-8,9

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre e Decreto 10.500/2020. Elaboração: IFI.

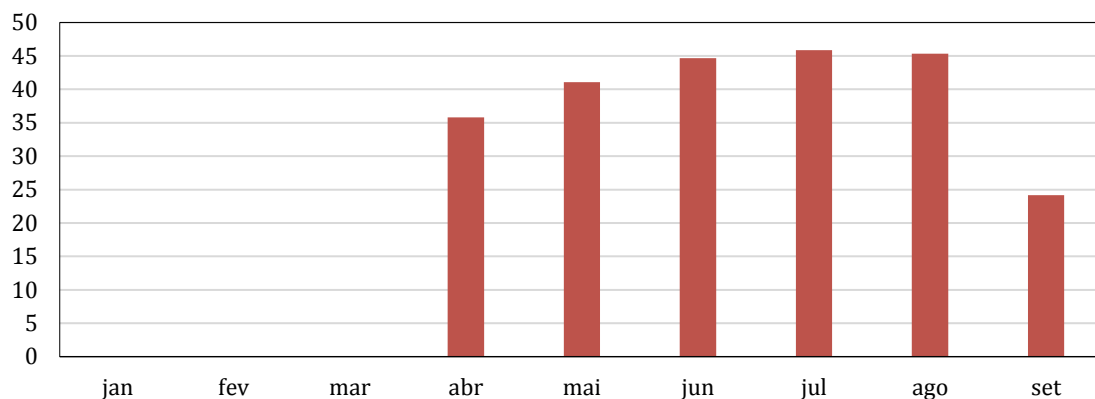
**A transição do auxílio emergencial aos vulneráveis para um benefício de menor valor e com menos beneficiários vai impactar as projeções do ano.** Em setembro, o gasto com o auxílio emergencial, a partir de dados preliminares extraídos diretamente do Siga Brasil, foi de R\$ 24,2 bilhões<sup>10</sup>, muito abaixo da média dos três meses anteriores, que foi de cerca de R\$ 45 bilhões (Gráfico 21). A queda está relacionada à mudança na configuração do programa, que, além de ter reduzido o valor do benefício, estabeleceu condições mais restritivas para sua concessão (MP nº 1.000/2020).

O recuo na execução do auxílio emergencial também coincide com o retorno da execução do programa Bolsa Família ao patamar anterior à criação do auxílio (Gráfico 22)<sup>11</sup>. Resta saber, portanto, em que medida esses novos patamares de execução dos dois programas irão se sustentar nos últimos meses do ano. Essa análise deverá ser feita em função da revisão de cenários da IFI em novembro.

<sup>10</sup>Valor corrigido no dia 22 de outubro.

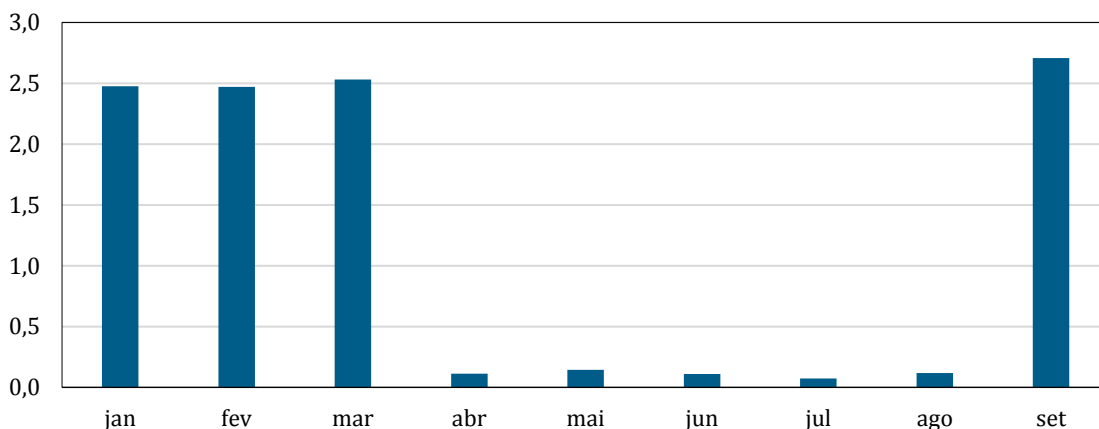
<sup>11</sup> Como mostramos na Conjuntura Fiscal deste e de relatórios anteriores, o pagamento aos beneficiários do Bolsa Família que migraram para o Auxílio Emergencial a Vulneráveis estava sendo contabilizado na rubrica do novo benefício. Aparentemente, isso se alterou a partir de setembro, como mostra o Gráfico D.

**GRÁFICO 21. EXECUÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL A VULNERÁVEIS (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

**GRÁFICO 22. EXECUÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA EM 2020 (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

**Não há maiores riscos para o cumprimento do teto de gastos em 2020.** Como temos alertado nos últimos anos, o risco se eleva consideravelmente para 2021, especialmente diante das incertezas que rondam o Orçamento da União para o ano que vem. Em 2020, contudo, a regra se mostrou resiliente diante do choque provocado pela Covid-19. A projeção do governo no último relatório bimestral mostra uma pequena folga em relação ao limite de gastos, no valor de R\$ 6,3 bilhões, semelhante à projetada pela IFI nos cenários de junho, R\$ 4,4 bilhões (Tabela 9).

No entanto, em função do Acórdão 2026/2020-TCU-Plenário, os cancelamentos de gastos primários utilizados como fonte para abertura dos créditos extraordinários da Covid-19 não estão sendo considerados como espaço fiscal dentro do teto de gastos. Esses cancelamentos somam, hoje, R\$ 8,2 bilhões. Assim, a folga apurada de R\$ 6,3 bilhões se converteria em um excesso de R\$ 1,9 bilhão, que, de acordo com o relatório bimestral, será ajustado por meio de cancelamento de despesas primárias sujeitas ao teto.

**TABELA 9. TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2020 (R\$ BILHÕES)**

Discriminação	LOA	Relatório 4º B (Setembro)	IFI (Junho)
Total de despesas primárias	1.768,2	2.307,5	2.239,9
Despesas não sujeitas ao teto	313,7	858,9	789,4
Despesas sujeitas ao Teto	1.454,5	1.448,6	1.450,6
Teto de gastos	1.454,6	1.454,9	1.454,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,1	6,3	4,4

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre e RAF de junho. Elaboração: IFI.

A Tabela 10 consolida as avaliações conduzidas pelo Poder Executivo após o encerramento dos quatro primeiros bimestres de 2020.

**TABELA 10. RESUMO DAS AVALIAÇÕES BIMESTRAIS**

Discriminação	LOA		Decreto 10.295 (Março)		Decreto 10.385 (Maio)		Decreto 10.444 (Julho)		Decreto 10.500 (Setembro)	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.644,1</b>	<b>21,6</b>	<b>1.611,4</b>	<b>20,8</b>	<b>1.477,4</b>	<b>20,6</b>	<b>1.456,2</b>	<b>20,3</b>	<b>1.446,5</b>	<b>20,1</b>
Administrada	1.003,1	13,2	997,8	12,9	914,5	12,8	891,4	12,4	885,1	12,3
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,0
Previdenciária (RGPS)	436,5	5,7	436,4	5,6	402,4	5,6	401,0	5,6	398,4	5,5
Não Administrada	204,6	2,7	177,3	2,3	160,7	2,2	163,9	2,3	163,2	2,3
<b>Transferências a Estados e Municípios</b>	<b>288,7</b>	<b>3,8</b>	<b>287,2</b>	<b>3,7</b>	<b>264,5</b>	<b>3,7</b>	<b>260,9</b>	<b>3,6</b>	<b>261,1</b>	<b>3,6</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.355,4</b>	<b>17,8</b>	<b>1.324,2</b>	<b>17,1</b>	<b>1.213,0</b>	<b>17,0</b>	<b>1.195,3</b>	<b>16,7</b>	<b>1.185,4</b>	<b>16,5</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.479,5</b>	<b>19,4</b>	<b>1.485,8</b>	<b>19,2</b>	<b>1.753,5</b>	<b>24,5</b>	<b>1.982,8</b>	<b>27,6</b>	<b>2.046,4</b>	<b>28,5</b>
Obrigatórias	1.209,9	15,9	1.220,5	15,8	1.490,5	20,8	1.724,4	24,0	1.785,6	24,8
Benefícios previdenciários	677,7	8,9	677,7	8,8	678,9	9,5	677,2	9,4	672,7	9,4
Pessoal e encargos sociais	322,4	4,2	325,7	4,2	325,9	4,6	324,8	4,5	324,2	4,5
Abono e Seguro desemprego	60,6	0,8	59,7	0,8	63,5	0,9	62,8	0,9	63,0	0,9
BPC	61,5	0,8	61,5	0,8	61,6	0,9	61,6	0,9	61,6	0,9
Créditos extraordinários	0,0	0,0	7,7	0,1	220,9	3,1	392,4	5,5	476,8	6,6
Compensação pela desoneração da folha	10,3	0,1	10,1	0,1	9,9	0,1	9,4	0,1	9,3	0,1
Complementação da União ao FUNDEB	16,5	0,2	16,5	0,2	16,5	0,2	16,5	0,2	16,5	0,2
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	12,6	0,2	13,0	0,2	12,9	0,2	13,0	0,2	13,0	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (demais)	23,9	0,3	24,1	0,3	24,4	0,3	23,5	0,3	23,5	0,3
Subsídios e Subvenções	14,1	0,2	14,3	0,2	49,2	0,7	48,7	0,7	31,4	0,4
Outras despesas obrigatórias	10,4	0,1	10,2	0,1	26,9	0,4	94,4	1,3	93,8	1,3
Despesa do Exec. sujeita à prog. financeira	269,6	3,5	265,3	3,4	263,0	3,7	258,4	3,6	260,8	3,6
Obrigatórias com Controle de Fluxo	143,3	1,9	145,4	1,9	143,7	2,0	143,4	2,0	145,7	2,0
Discricionárias	126,3	1,7	120,0	1,6	119,3	1,7	115,1	1,6	115,1	1,6
<b>Resultado Primário</b>	<b>-124,1</b>	<b>-1,6</b>	<b>-161,6</b>	<b>-2,1</b>	<b>-540,5</b>	<b>-7,6</b>	<b>-787,5</b>	<b>-11,0</b>	<b>-861,0</b>	<b>-12,0</b>

Fonte: Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 4º bimestre, Decreto 10.249/2020 e alterações. Elaboração: IFI.